

Alteração na Lei do PNAE - Inclusão de Grupos de Mulheres da Agricultura Familiar

1 mensagem

Nutrição Sistemica DAES/PROEN <nutricao.proen@ifam.edu.br>
Para: Departamento de Assuntos Estudantis <socialreitoria@ifam.edu.br>

18 de outubro de 2024 às 09:21

Prezado Peterson,

Espero que esta mensagem o encontre bem.

Recentemente, participei de um congresso de nutricionistas onde fui informada sobre uma importante atualização legislativa que impacta diretamente a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Trata-se da Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023, que altera o artigo 14 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Essa alteração inclui grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar entre aqueles que têm prioridade na venda de gêneros alimentícios para o PNAE. Além disso, a nova legislação estabelece que, pelo menos 50% da venda feita pela família deverá ser realizada no nome da mulher.

Acredito que é essencial que os campi que executam o PNAE tomem conhecimento dessa nova normativa para garantir que as compras de gêneros alimentícios estejam em conformidade com as exigências legais e para fomentar ainda mais a inclusão das mulheres agricultoras familiares.

Sugiro que essa atualização seja repassada para os responsáveis pela implementação do PNAE nos campi, de modo a garantir o cumprimento da legislação.

Fico à disposição para esclarecer qualquer dúvida ou sugestão.

Atenciosamente,

--
Kátia Jamile G. de Melo
Nutricionista - CRN N°4418 7ª Região
SIAPE 2196587

2 anexos



Lei nº 14.660, de 23 de agosto de 2023.pdf
149K



LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009.pdf
352K